

PROVIMENTO Nº 20, DE 19 DE JULHO DE 2011.

(Revogado pelo Provimento nº 23, de 09 de junho de 2016)

Dispõe sobre a prestação de informações, pelos Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, à Secretaria de Estado da Saúde, para fins de elaboração de dados estatísticos no âmbito de sua competência.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a garantia constitucional do acesso às informações, preconizada no inciso XIV, do art. 5°, da Constituição Federal c/c os incisos III e XII, do art. 30, da Lei nº 8.935/94 e inciso II ,do art. 16, da Lei nº 6.015/73;

CONSIDERANDO as conclusões da reunião realizada, no dia 24 de março de 2011, na sede desta Corregedoria Geral da Justiça, cuja pauta elencou, dentre outras, a necessidade de remessa, em tempo hábil, de informações assentadas pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, para fins de elaboração de dados estatísticos pelos órgãos da área da saúde:

CONSIDERANDO a necessidade de partilhar essas informações de ordem pública e social com os órgãos da área da saúde, imprimindo celeridade objetiva na busca de dados cadastrais nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais,

RESOLVE:

Art. 1º Os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais ficam obrigados a enviar à Gerência do Núcleo de Sistemas de Informação de Vigilância Epidemiológica, órgão vinculado à SESAU-AL (Secretária de Estado da Saúde de Alagoas), até o dia 10 de cada mês, os registros dos nascimentos e óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior, devendo a relação conter os seguintes dados:

I - nome, sexo, filiação, data do nascimento ou do óbito;

H data e número da declaração de nascidos vivos DNV ou da declaração de óbito DO: e

III número do registro do nascimento ou do óbito.

Art. 1º Os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais ficam obrigados a enviar à Gerência do Núcleo de Sistemas de Informação de Vigilância Epidemiológica, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas — SESAU AL, bem como à respectiva Secretaria Municipal de Saúde, até o dia 10 de cada mês, os registros dos nascimentos e óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior, devendo a relação conter os seguintes dados:



I nome, sexo, filiação, data do nascimento ou do óbito;

H data e número da declaração de nascidos vivos DNV ou da declaração de óbito DO; e

III número do registro do nascimento ou do óbito." [NR] (Redação dada pelo Provimento nº 05, de 27 de março de 2012)

- § 1º A remessa de que trata este artigo será realizada na forma eletrônica, via e-mail oficial do órgão da saúde, nos endereços a seguir: simdados@saude.al.gov.br, destinado a informações de registro de mortalidade, inclusive os natimortos e seus complementos, e sinascdados@saude.al.gov.br, para informações sobre registro de nascimento e seus complementos, ficando vedada qualquer outra forma de envio.
- § 2º Os relatórios não enviados por motivo de ordem técnica ou força maior serão devidamente justificado pelo cartório ao órgão de saúde no prazo fixado no *caput*.
- Art. 2º Com o fito de proporcionar maior segurança à atividade, obrigam se os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais a manter arquivo digital dos comprovantes de remessa dos dados durante 5 (cinco) anos.
- Art. 3º O descumprimento ao disposto neste Provimento sujeitará o responsável pelo Serviço Registral às sanções disciplinares previstas no art. 32 da Lei nº 8.935/94.
- **Art. 4º** O presente Provimento entrará em vigor na data da sua publicação e produzirá efeitos a partir do dia 1º de agosto de 2011.

Publique se, Registre se e Cumpra se.

Maceió, 19 de julho de 2011.

Desembargador JAMES MAGALHÃES DE MEDEIROS